



RESOLUÇÃO Nº 01/2021 de 30 de junho de 2021.

Dispõe sobre a inscrição no Conselho Municipal do Idoso de Portão/RS – CMI - Portão, as entidades que prestam atendimentos a idosos no Município de Portão/RS com e/ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI - Portão reunido em Plenária Ordinária do dia 02 de abril de 2021, às 14 horas, tendo em vista o que dispõe o artigo 48 da Lei Federal 10.741/2003 – Estatuto do Idoso e Lei Municipal nº 2.373/2011, **RESOLVE:**

Art. 1º Toda entidade de longa permanência (ILPI), casa-lar, Centro dia e/ou Instituições que prestam atendimentos ao idoso, com ou sem fins lucrativos de atenção e assistência ao idoso, deverão se inscrever no Conselho Municipal do Idoso - CMI – Portão, conforme o parágrafo único do artigo 48 da Lei Federal 10.741/2003 de 1º de outubro de 2003.

Parágrafo único. As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos:

- I - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- II - apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei;
- III - estar regularmente constituída;
- IV - demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

§ 1º Para fins desta Resolução, é considerada entidade de longa permanência ou casa-lar, doravante designada “entidade”, toda instituição governamental ou não governamental, com ou sem fins lucrativos, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania, conforme

explicitado na RDC nº 283/2005 (Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA).

Art. 2º Para proceder a inscrição das entidades com fins lucrativos e sem fins lucrativos deverão apresentar por protocolo registrado na Prefeitura Municipal de Portão, direcionado a este Conselho Municipal do Idoso, Rua Gramado, nº 11, sala 103, Bairro Centro, os seguintes documentos:

I. Requerimento ao CMI - Portão solicitando inscrição (anexo I);

II. Cópia simples do estatuto social, devidamente registrado e atualizado; (para instituições governamentais e entidades sem fins lucrativos);

III. Cópia simples da ata da eleição e posse da diretoria vigente, devidamente registrado; (para instituições governamentais e entidades sem fins lucrativos);

IV. Cópia do CNPJ;

V. Relatório de trabalho do ano anterior;

VI. Plano de Ação (anexo II);

VII. Alvará de localização (expedido pela Prefeitura de Portão)

VIII. Alvará da Vigilância Sanitária;

IX. Alvará do Corpo de Bombeiros;

X. Balanço financeiro do ano anterior; (para instituições governamentais e entidades sem fins lucrativos);

XI. Cópia do RG e CPF do Responsável da entidade (proprietário, presidente, diretor...);

XII. Dos dirigentes da entidade, certidões negativas:

a) Negativa cível e criminal das Justiças Estadual e Federal da Comarca de Portão. A certidão estadual com validade de 90 dias na data do protocolo do pedido de inscrição (Link de acesso:

http://www.tjrs.jus.br/site/servicos/alvara_de_folha_corrida_cert2g/). A certidão federal com validade de 30 dias na data do protocolo do pedido de inscrição (Link de acesso:

<http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>). A certidão Federal obtida na Internet deve constar negativa para "AÇÕES EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS, E DE EXECUÇÕES CRIMINAIS".

XIII. Modelo do Contrato de Prestação de Serviço da ILPI com o idoso em

conformidade com a Resolução 33 de 24 de maio 2017 do Conselho Nacional do Direitos do Idoso;

XIV. **Declaração do Responsável Técnico** vinculado ao COREN – RS e/ou ao CREMERS, emitida pelo profissional;

XV. **Certificado de Responsabilidade Técnica do COREN – RS;**

Art. 3º Toda entidade de longa permanência (ILPI), casa-lar, Centro dia e/ou Instituições que prestam atendimentos ao idoso, com ou sem fins lucrativos de atenção e assistência ao idoso, terão 90 dias após a publicação desta Resolução para se regularizarem junto ao CMI - Portão .

Parágrafo Único. Após o término do prazo de 90 dias, as entidade de longa permanência (ILPI), casa-lar, Centro dia e/ou Instituições que prestam atendimentos ao idoso, com ou sem fins lucrativos de atenção e assistência ao idoso que não iniciaram o processo de regularização no CMI - Portão serão notificadas pelo Conselho.

Art. 4º As entidades de atendimento que descumprirem as determinações da Lei nº 10.741 (Estatuto do Idoso) ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, às seguintes penalidades, observado o devido processo legal:

I – as entidades governamentais:

- a) advertência;
- b) afastamento provisório de seus dirigentes;
- c) afastamento definitivo de seus dirigentes;
- d) fechamento de unidade ou interdição de programa;

II – as entidades não-governamentais:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas (aos conveniados);
- d) interdição de unidade ou suspensão de programa;
- e) proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.

§ 1º Havendo danos aos idosos abrigados ou qualquer tipo de fraude em relação ao programa, caberá o afastamento provisório dos dirigentes ou a interdição da unidade e

a suspensão do programa.

§ 2º A suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas ocorrerá quando verificada a má aplicação ou desvio de finalidade dos recursos (aos conveniados).

§ 3º Na ocorrência de infração por entidade de atendimento, que coloque em risco os direitos assegurados na Lei 10.741, será o fato comunicado ao Ministério Público, para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária.

§ 4º Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o idoso, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da entidade.

Art. 5º O CMI – Portão e a Prefeitura Municipal de Portão - emitirá um Atestado de Pleno e Regular Funcionamento às entidades inscritas regularmente no Conselho.

Parágrafo Único. Ao indeferimento da inscrição, cabe recurso oral ou por escrito à Plenária do Conselho Municipal do Idoso na próxima reunião após a publicação da resolução denegatória.

Art. 6º Para manutenção da inscrição e renovação do Atestado de Pleno e Regular Funcionamento, será necessário, até 60 (sessenta) dias antes do vencimento, o envio do Plano de Ação atualizado e o relatório do ano anterior, bem como atualização dos demais documentos vencidos.

Parágrafo Único. O atestado de Pleno e Regular Funcionamento terá vigência de (1) um ano, sendo reservado ao CMI - Portão a prerrogativa de realizar visitas de fiscalização de rotina ou em caso de denúncias, podendo suspender o atestado a qualquer tempo.

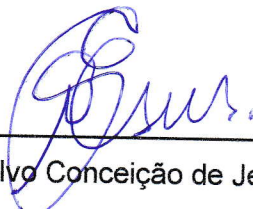
Art. 7º Todas as entidades sem fins lucrativos que receberão ou pleitearão recursos públicos na área de atendimento e assistência ao idoso, a partir da publicação desta resolução, deverão além de estar credenciadas no CMI - Portão, ter representação da entidade com frequência, nas plenárias ordinárias do Conselho Municipal do Idoso (agenda disponível para consulta, bem como, outras comunicações com o CMI poderão ser informadas no credenciamento).

Parágrafo Único. É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, bem como para as instituições

sem fins não credenciadas ao CMI – Portão..

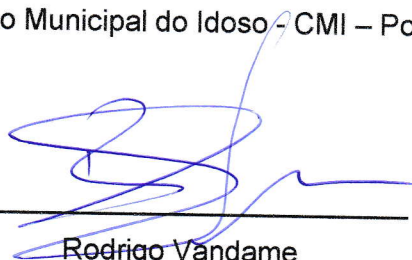
Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Portão, 06 de agosto de 2021.



Nadinalvo Conceição de Jesus
Presidente

Conselho Municipal do Idoso - CMI – Portão.



Rodrigo Vandame
Vice - Presidente

Conselho Municipal do Idoso - CMI – Portão.



RESOLUÇÃO Nº 01/2021 de 30 de junho de 2021.

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL
DO IDOSO DE PORTÃO/RS – CMI – PORTÃO.

Sr.(a) Presidente do Conselho Municipal do Idoso – CMI – Portão,
eu, _____, como
representante legal da Instituição/Entidade - _____,
Registrada no CNPJ _____, situada no Endereço:
Rua/Avenida _____, Nº _____, Bairro _____,
inscrito (a) no CPF nº _____, e RG nº _____,
venho solicitar atenção à inscrição desta Instituição/Entidade, junto ao Conselho
Municipal do Idoso – CMI – Portão, com base na Lei Federal 10.741/2003 – Estatuto
do Idoso, Lei Municipal nº 2.573, de 23 de agosto de 2016 e RESOLUÇÃO Nº
01/2021 do CMI.

Portão, _____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

EQUIPE TÉCNICA / FORMAÇÃO		
Nome	Formação	Função na Entidade

ESTRUTURA		
Capacidade de Atendimento		
Metragem do Prédio		
ESPAÇO	POSSUI	QUANTIDADE
Recepção	() SIM () NÃO	
Salas dos Técnicos	() SIM () NÃO	
Sala de atendimentos	() SIM () NÃO	
Setor administrativo	() SIM () NÃO	
Sala de lazer e entretenimento	() SIM () NÃO	
Banheiro	() SIM () NÃO	
Cozinha	() SIM () NÃO	
Refeitório	() SIM () NÃO	
Enfermaria	() SIM () NÃO	
Quarto feminino	() SIM () NÃO	
Quarto masculino	() SIM () NÃO	
Lavanderia	() SIM () NÃO	
Área de lazer externa	() SIM () NÃO	
Outros (descrever)		
Acessibilidade	() Não há () Parcial () Plenamente	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portão, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável